

**ANEXO VIII – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO FISCAL,
PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SALSEC n.º 01/2026

A COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE SALVADOR – SALSEC, sociedade de economia mista municipal, constituída sob a forma de sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 61.084.637/0001-06, com sede na Rua das Vassouras, nº 01, Centro Histórico, Salvador/BA, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Sra. Danielle Almeida Luz, doravante denominada **SALSEC**;

e **[NOME DO INTERESSADO]**, instituição [financeira/consorciada/interessada], inscrita no CNPJ sob nº [●], com sede em [●], neste ato representada por [●], doravante denominada INTERESSADO;

resolvem celebrar o presente Termo de Confidencialidade, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CONSIDERANDO QUE:

- a) o Edital do Pregão Eletrônico SALSEC nº 001/2026 prevê a disponibilização, aos interessados que atendam às condições objetivas de participação, de relatórios da base de dados dos créditos tributários inscritos ou não em dívida ativa, inclusive créditos constantes de parcelamentos administrativos de débitos e programas de parcelamento incentivado;
- b) a alteração do escopo para relatórios não importa acesso direto, irrestrito ou permanente à base de dados, aos sistemas fazendários, aos ambientes transacionais ou a documentos fiscais individualizados que não sejam formalmente disponibilizados;
- c) a disponibilização dos relatórios destina-se exclusivamente à análise da carteira, avaliação dos créditos, mensuração de risco e adequada elaboração de proposta no âmbito do certame conduzido pela SALSEC;
- d) os relatórios deverão observar o mínimo necessário à finalidade licitatória, preferencialmente sem dados pessoais identificáveis dos contribuintes ou devedores, sempre que a finalidade de avaliação puder ser atendida mediante informações agregadas, pseudonimizadas, mascaradas ou segmentadas;

- e) ainda que disponibilizados sob a forma de relatórios, os documentos poderão conter informações fiscais, cadastrais, arrecadatórias, patrimoniais, estratégicas, negociais e dados pessoais protegidos por sigilo legal, pela legislação de proteção de dados e pelas normas de segurança da informação;
- f) a autorização de disponibilização deve preservar a isonomia entre os interessados, a integridade do procedimento licitatório, a finalidade pública do tratamento das informações, o sigilo fiscal e a proteção de dados pessoais;
- g) a assinatura deste Termo constitui condição prévia para a disponibilização dos relatórios, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos previstos no Edital.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO ESCOPO

O presente Termo tem por objeto disciplinar a disponibilização controlada, temporária e restrita, ao INTERESSADO, de informações e relatórios extraídos da base de dados de créditos tributários do Município de Salvador, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive créditos constantes de parcelamentos administrativos de débitos e programas de parcelamento incentivado, exclusivamente para fins de análise técnica, jurídica, econômico-financeira, regulatória e operacional da carteira e elaboração de proposta no âmbito do certame.

Parágrafo primeiro. O objeto deste Termo restringe-se aos relatórios, arquivos, recortes, informações e demais materiais expressamente disponibilizados pela SALSEC, não abrangendo acesso direto a sistemas transacionais, bases originárias, ambientes internos, documentos fiscais individualizados, credenciais administrativas, rotinas de extração, ferramentas de consulta ou quaisquer informações não disponibilizadas formalmente no âmbito do certame.

Parágrafo segundo. Os relatórios e informações disponibilizados terão natureza preliminar, referencial e não vinculante, não representando definição final da carteira elegível, indicação definitiva dos créditos a serem cedidos, obrigação de cessão, obrigação de emissão, garantia de recuperabilidade, garantia de pagamento, garantia de performance dos créditos ou compromisso de contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

Para fins deste Termo, consideram-se Informações Protegidas todas as informações, dados, relatórios, arquivos, documentos, extratos, recortes, estatísticas, projeções, análises e demais elementos de qualquer natureza disponibilizados pela SALSEC ou por seus representantes ao INTERESSADO, ainda que não identificados expressamente como confidenciais.

Parágrafo primeiro. As Informações Protegidas compreendem, entre outras, informações fiscais, arrecadatórias, cadastrais, de parcelamento, de dívida ativa, de histórico de pagamento, de classificação de créditos, de elegibilidade, bem como dados derivados, compilados, agregados, pseudonimizados, mascarados ou processados a partir dos relatórios disponibilizados.

Parágrafo segundo. Não se consideram Informações Protegidas aquelas que sejam comprovadamente de domínio público antes da disponibilização, que se tornem públicas sem violação deste Termo, que já estivessem legitimamente em poder do INTERESSADO sem dever de sigilo, que sejam obtidas licitamente de terceiro sem restrição de confidencialidade ou que devam ser reveladas por ordem judicial, administrativa ou regulatória válida, observada a Cláusula Décima Primeira.

Parágrafo terceiro. A eventual existência de informações agregadas ou estatísticas nos relatórios não afasta a obrigação de confidencialidade quando tais informações decorrerem de base fiscal, puderem revelar estratégia da operação, permitirem inferências sobre carteira, concentração, recuperabilidade, perfil de pagamento ou possibilitarem identificação direta ou indireta de contribuintes, devedores ou responsáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE EXCLUSIVA

O INTERESSADO utilizará as Informações Protegidas exclusivamente para avaliação da operação e elaboração de proposta no âmbito do Pregão Eletrônico nº 001/2026, conduzido pela SALSEC, nos limites do edital e deste Termo.

Parágrafo primeiro. É expressamente vedada a utilização das Informações Protegidas para cobrança judicial ou extrajudicial, prospecção comercial, oferta de produtos ou serviços, enriquecimento cadastral, formação de bases privadas, alimentação de bases de terceiros, benchmarking privado, treinamento de modelos estatísticos, tecnológicos ou de inteligência artificial, mineração de dados para finalidade estranha ao certame, compartilhamento comercial, abordagem de contribuintes, análise concorrencial alheia ao procedimento licitatório ou qualquer finalidade diversa daquela prevista neste Termo.

Parágrafo segundo. O INTERESSADO não poderá contatar contribuintes, devedores, responsáveis tributários, procuradores, representantes ou terceiros eventualmente identificados direta ou indiretamente nos relatórios, nem utilizar as Informações Protegidas para obtenção de vantagem comercial, cadastral, operacional, reputacional ou competitiva externa ao certame.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Os relatórios e informações serão disponibilizados pela SALSEC, conforme fluxo operacional definido nos autos e no edital, após a verificação dos requisitos documentais aplicáveis e a assinatura deste Termo pelo INTERESSADO.

Parágrafo primeiro. A disponibilização poderá ocorrer por meio de envio institucional, pasta eletrônica segura, data room, link protegido, mídia criptografada ou outro meio formalmente definido pela SALSEC, de acordo com a sensibilidade das informações e com as condições técnicas disponíveis.

Parágrafo segundo. Quando os relatórios e informações forem disponibilizados sem credenciais individualizadas, bastará a indicação do representante legal ou procurador que assinará este Termo e de, ao menos, um ponto focal institucional responsável pelo recebimento, guarda, controle interno e eventual eliminação das Informações Protegidas.

Parágrafo terceiro. A indicação nominal e individualizada de usuários autorizados somente será exigida quando a forma de disponibilização envolver data room, login individual, rastreabilidade de acesso, link nominal, controle de download por pessoa natural ou outra solução técnica que demande autenticação individualizada.

Parágrafo quarto. O INTERESSADO responderá integralmente por todos os atos praticados por seus representantes, administradores, empregados, afiliadas, consorciadas, consultores, prestadores, subcontratados ou quaisquer pessoas que tenham acesso às Informações Protegidas por sua intermediação, ainda que não tenham sido individualmente cadastradas perante a SALSEC.

Parágrafo quinto. Quando houver credenciais, links protegidos, senhas, chaves de acesso ou mecanismos similares, será vedado seu compartilhamento com pessoas não autorizadas, sendo obrigatória a comunicação imediata em caso de perda, comprometimento, uso indevido ou suspeita de violação.

CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO À CONTRATAÇÃO OU À CESSÃO

A assinatura deste Termo e a disponibilização das informações não conferem ao INTERESSADO direito subjetivo à contratação, preferência, exclusividade, pontuação, vantagem competitiva, adjudicação, homologação, ressarcimento ou celebração de contrato.

Parágrafo único. A disponibilização das informações não vincula o Município de Salvador ou a SALSEC à realização da operação de securitização, à seleção de determinada carteira, à cessão de direitos creditórios, à emissão de valores mobiliários ou à aceitação de qualquer estrutura proposta pelo INTERESSADO.

CLÁUSULA SEXTA – DO COMPARTILHAMENTO INTERNO E COM TERCEIROS AUTORIZADOS

O INTERESSADO deverá restringir o conhecimento das Informações Protegidas às pessoas que efetivamente necessitem delas para a avaliação da operação e elaboração da proposta, observados os deveres de confidencialidade, sigilo fiscal, proteção de dados e segurança da informação previstos neste Termo.

Parágrafo primeiro. O compartilhamento com afiliadas, controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, consorciadas, consultores, assessores, auditores, advogados ou prestadores somente será admitido na extensão estritamente necessária à finalidade do certame, desde que tais pessoas estejam vinculadas a obrigações de confidencialidade equivalentes às deste Termo e atuem sob responsabilidade integral do INTERESSADO.

Parágrafo segundo. A SALSEC poderá solicitar, de forma motivada, a relação das pessoas jurídicas ou naturais que tiveram acesso às Informações Protegidas por intermédio do INTERESSADO, especialmente em caso de incidente, suspeita de violação, necessidade de auditoria, controle administrativo ou determinação de autoridade competente.

Parágrafo terceiro. O compartilhamento não autorizado será considerado violação grave deste Termo e poderá ensejar bloqueio ou interrupção da disponibilização, desclassificação ou inabilitação do INTERESSADO, aplicação de sanções e responsabilização civil, administrativa e penal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO INTERESSADO

Constituem obrigações do INTERESSADO:

- I. utilizar as Informações Protegidas exclusivamente para a finalidade prevista neste Termo;
- II. manter sigilo sobre as Informações Protegidas, inclusive no âmbito de suas afiliadas, consorciadas, consultores, assessores, auditores, advogados, prestadores e demais pessoas que venham a ter acesso às informações por sua intermediação;
- III. restringir o acesso interno às pessoas com necessidade funcional de conhecimento para avaliação da operação e elaboração da proposta;
- IV. impedir o compartilhamento não autorizado de relatório, link, arquivo, dado, credencial, senha, extrato, análise ou informação derivada;
- V. adotar controles internos compatíveis com a sensibilidade das informações recebidas;
- VI. não reproduzir, imprimir, copiar, extrair, exportar, baixar, armazenar ou transferir Informações Protegidas além do estritamente necessário à finalidade do certame e às obrigações legais ou regulatórias aplicáveis;
- VII. não tentar contornar restrições técnicas, marcas d'água, controles de acesso, limitações de download, criptografia ou demais mecanismos eventualmente aplicáveis;
- VIII. não utilizar as informações para abordagem de contribuintes, devedores ou responsáveis tributários;

- IX. não realizar cruzamentos com bases próprias ou de terceiros para finalidade estranha ao certame;
- X. não treinar, calibrar, testar ou alimentar modelos de inteligência artificial, aprendizado de máquina, mineração estatística ou soluções tecnológicas com as Informações Protegidas, salvo autorização prévia e expressa da SEFAZ, com ciência da SALSEC, e apenas nos limites da finalidade do certame;
- XI. comunicar imediatamente qualquer incidente, suspeita de incidente, acesso indevido, perda, vazamento, uso irregular, divulgação não autorizada ou comprometimento de relatórios, arquivos, links ou credenciais;
- XII. cooperar com a SALSEC, a Comissão de Licitação e demais autoridades competentes na apuração de incidentes ou suspeitas de violação;
- XIII. devolver, destruir ou eliminar as Informações Protegidas ao final do prazo de disponibilização, quando solicitado ou nas demais hipóteses previstas neste Termo;
- XIV. apresentar declaração de eliminação quando exigida pela SALSEC;
- XV. observar a legislação de proteção de dados pessoais, o sigilo fiscal, a Lei de Acesso à Informação, as normas de segurança da informação, o edital e seus anexos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA SALSEC

Compete à SALSEC, no limite de suas atribuições como condutora do certame e interveniente anuente:

- I. indicar a finalidade licitatória da disponibilização das informações;
- II. manter a vinculação do procedimento ao edital e seus anexos;
- III. receber e analisar a documentação apresentada pelo INTERESSADO, com apoio da SEFAZ quando necessário;
- IV. assegurar que as regras de disponibilização sejam publicizadas de forma isonômica no certame;
- V. registrar nos autos os atos relevantes de solicitação, deferimento, indeferimento, assinatura, autorização, envio, disponibilização, encerramento e eventual incidente;

VI. encaminhar ao INTERESSADO as instruções operacionais de disponibilização, quando autorizado pela SEFAZ ou conforme fluxo formalmente aprovado;

VII. adotar as providências licitatórias cabíveis em caso de violação deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DO SIGILO FISCAL

As partes reconhecem que as Informações Protegidas podem conter dados e informações protegidas por sigilo legal, razão pela qual o tratamento deverá observar estritamente a finalidade pública e licitatória que justifica a disponibilização dos relatórios, os princípios da necessidade, adequação, finalidade, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas, sem prejuízo das normas relativas ao sigilo fiscal, à proteção de dados pessoais e ao acesso à informação.

Parágrafo primeiro. O INTERESSADO obriga-se a tratar apenas os dados estritamente necessários à elaboração de sua análise e proposta, vedado qualquer tratamento incompatível com a finalidade deste Termo.

Parágrafo segundo. A disponibilização das informações não autoriza o INTERESSADO a praticar atos próprios da Administração Tributária, realizar cobrança, contatar contribuintes, adotar medidas de recuperação de crédito ou explorar economicamente os dados recebidos.

Parágrafo terceiro. Cada parte responderá pelas operações de tratamento que realizar, devendo manter registros, controles e evidências compatíveis com suas responsabilidades legais, regulatórias e contratuais.

Parágrafo quarto. O dever de sigilo permanecerá vigente enquanto as informações mantiverem caráter sigiloso, fiscal, estratégico, pessoal, protegido ou não público, ainda que encerrado o certame ou a relação institucional entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DE ORDEM DE DIVULGAÇÃO COMPULSÓRIA

Caso o INTERESSADO, suas afiliadas, consorciadas, consultores, assessores, auditores, advogados, prestadores ou representantes sejam obrigados, por ordem judicial, administrativa, regulatória ou legal, a divulgar qualquer Informação Protegida, deverão comunicar previamente a SALSEC, sempre que legalmente permitido, para que sejam adotadas as medidas cabíveis de preservação do sigilo.

Parágrafo único. A divulgação compulsória deverá limitar-se ao conteúdo estritamente exigido pela ordem ou norma aplicável, permanecendo protegidas as demais Informações Protegidas não abrangidas pela determinação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O INTERESSADO deverá adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger as Informações Protegidas contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas, alterações, destruição, compartilhamento indevido, tratamento ilícito ou qualquer forma de uso incompatível com este Termo.

Parágrafo primeiro. A SALSEC poderá estabelecer requisitos proporcionais à sensibilidade dos relatórios, incluindo criptografia, senha, link protegido, marca d'água, restrição de download, restrição de encaminhamento, autenticação multifator, registro de acesso, *data room* ou outras medidas compatíveis com a forma de disponibilização adotada.

Parágrafo segundo. A ausência de acesso direto a sistemas ou bases originárias não reduz o dever do INTERESSADO de proteger os relatórios e as informações deles extraídas, derivadas, compiladas ou reproduzidas.

Parágrafo terceiro. O INTERESSADO deverá cooperar com a SEFAZ e com a SALSEC na apuração de qualquer incidente ou suspeita de violação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA NOTIFICAÇÃO DE INCIDENTES

O INTERESSADO deverá comunicar à SALSEC, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da ciência, qualquer incidente de segurança, suspeita de incidente, vazamento, acesso não autorizado, perda, uso indevido, divulgação, alteração, cópia, extração ou tratamento inadequado das Informações Protegidas.

Parágrafo único. A comunicação deverá conter, no mínimo, descrição do incidente, data e hora da identificação, pessoas ou áreas envolvidas, informações potencialmente afetadas, medidas imediatas adotadas, riscos identificados, providências de contenção e ponto focal responsável pelo acompanhamento, sem prejuízo de complementações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE DISPONIBILIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

A disponibilização das informações vigorará pelo prazo definido pela SALSEC e informado ao INTERESSADO, podendo ser encerrada, suspensa ou condicionada a qualquer tempo em caso de descumprimento deste Termo, risco à segurança da informação, determinação administrativa, decisão da Comissão de Licitação ou superveniência de orientação jurídica.

Parágrafo primeiro. A solicitação, a análise documental, a assinatura deste Termo, a disponibilização das informações ou eventual instabilidade técnica não suspendem nem prorrogam os prazos do certame, salvo decisão expressa da autoridade competente.

Parágrafo segundo. As obrigações de confidencialidade, sigilo fiscal, proteção de dados, segurança da informação e responsabilização permanecerão vigentes mesmo após o término da disponibilização, enquanto as informações mantiverem caráter protegido.

Parágrafo terceiro. O encerramento da disponibilização não prejudica a apuração de responsabilidades por fatos ocorridos durante sua vigência ou após o seu término, caso as Informações Protegidas tenham sido indevidamente mantidas, utilizadas, compartilhadas ou divulgadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DESTINO DAS INFORMAÇÕES APÓS O TÉRMINO

No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado do término da disponibilização, da eliminação do INTERESSADO do certame ou da solicitação da SALSEC, o INTERESSADO deverá devolver, destruir ou eliminar todas as Informações Protegidas, cópias, excertos, reproduções, arquivos locais, relatórios internos, registros processados e materiais que contenham dados oriundos dos relatórios disponibilizados, ressalvadas as hipóteses de guarda legal ou regulatória obrigatória.

Parágrafo primeiro. A SALSEC poderá exigir declaração de eliminação assinada por representante legal, procurador ou responsável formalmente designado pelo INTERESSADO, atestando o cumprimento da obrigação.

Parágrafo segundo. Caso o INTERESSADO esteja legal ou regulatoriamente obrigado a manter determinado registro, deverá informar formalmente à SALSEC, quando solicitado, a base legal da retenção, a natureza do conteúdo retido, o prazo de guarda, as medidas de segurança aplicadas e a vedação de uso para qualquer finalidade diversa do cumprimento da obrigação legal ou regulatória.

Parágrafo terceiro. A retenção autorizada ou legalmente obrigatória não afasta a incidência permanente das obrigações de confidencialidade, sigilo fiscal, proteção de dados, segurança da informação e responsabilização previstas neste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES E RESPONSABILIDADES

O descumprimento deste Termo poderá ensejar, sem prejuízo de outras medidas cabíveis:

- I. suspensão, interrupção ou bloqueio da disponibilização das informações;
- II. invalidação de links, senhas, credenciais ou meios de disponibilização eventualmente utilizados;
- III. comunicação à Comissão de Licitação;
- IV. desclassificação ou inabilitação do INTERESSADO, quando cabível;
- V. aplicação das sanções previstas no edital;
- VI. responsabilização civil por perdas e danos, inclusive danos morais, institucionais, reputacionais e coletivos;
- VII. responsabilização administrativa, civil e penal dos envolvidos.

Parágrafo primeiro. A suspensão, interrupção ou bloqueio da disponibilização poderá ser adotada de forma imediata quando necessária à contenção de risco, preservação do sigilo, proteção de dados, segurança da informação ou integridade do certame, sem prejuízo da posterior formalização nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE E DA JUNTADA AOS AUTOS

O presente Termo será juntado aos autos do processo licitatório e poderá ser divulgado no sistema ou portal do certame, observada a ocultação de dados pessoais, assinaturas, documentos societários, documentos de representação, informações fiscais, registros de acesso, credenciais ou outros elementos protegidos por sigilo legal.

Parágrafo único. A publicidade do procedimento não autoriza a divulgação pública das Informações Protegidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo não estabelece sociedade, mandato, representação, associação, exclusividade, relação de emprego, agência, garantia de contratação ou compromisso de celebração de negócio futuro.

Parágrafo primeiro. A tolerância de qualquer das partes quanto ao descumprimento de obrigação não importará renúncia, novação ou alteração deste Termo.

Parágrafo segundo. Qualquer autorização excepcional deverá ser expressa, escrita, motivada e juntada aos autos, ressalvadas as providências operacionais de segurança que, por sua natureza, devam permanecer sob acesso restrito.

Parágrafo terceiro. Em caso de divergência entre este Termo e o edital, prevalecerá a interpretação que assegure maior proteção ao sigilo fiscal, aos dados pessoais, à segurança da informação e à isonomia do certame, sem prejuízo de eventual ajuste formal dos instrumentos pela autoridade competente.

Parágrafo quarto. As partes reconhecem como válida e eficaz a assinatura por meios eletrônicos, digitais ou informáticos, desde que observada a legislação aplicável e a possibilidade de verificação da autoria e integridade do instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, para dirimir controvérsias oriundas deste Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador/BA, [data].

COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO DE SALVADOR – SALSEC
Danielle Almeida Luz

[INTERESSADO]
Representante: [●]

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF: